

OS DIVERSOS ATORES ENVOLVIDOS NA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

Avance de investigação em curso

GT 13: Reforma do Estado, governabilidade e democracia

Ísis Oliveira Bastos Matos¹ (apresentadora) Hemerson Luiz Pase²

Resumo

As reformas enfrentadas pelo Brasil no final do século XX partem do diagnóstico de que a crise fiscal e financeira do Estado se deve a inadequada atuação estatal quando intervém diretamente na economia. Para atingir esse objetivo é feita uma revisão bibliográfica que propõe uma reflexão consistente que permita apresentação de resultados significativos para o meio acadêmico. A suposição deste trabalho é que existe um processo de adaptação do Estado à tendência global, via implementação de legislações condizente aos interesses da tendência global em voga que termina por retroalimentar o modelo econômico vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Estado brasileiro, reestruturação do setor elétrico, dinâmicas do Estado.

Introdução

As Reformas ocorridas no final do século XX, principalmente as realizadas pelos países em desenvolvimento, cristalizam-se em torno das transformações de natureza político-econômicas e institucionais em constante debate com os interesses das elites locais/globais.

Esse processo de reforma está intimamente ligado à concepção de Estado mínimo, restringindo-o a manutenção de serviços públicos, deixando aos demais a aquisição de serviços de agentes econômicos de mercado. Esta imposição segue a cartilha de organismos econômicos internacionais, realizada como contrapartida de apoio financeiro a países em crise econômica.

Segundo essa cartilha “a energia elétrica tem papel fundamental e estratégico para a sociedade, pois é elemento chave para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população” (ROUSSEF, 2004). Em geral, estes movimentos de mudanças da indústria de eletricidade têm sido explicados, como resultado de tendências externas ideais.

Nesse sentido, no escopo deste trabalho, o esforço direciona-se para a compreensão da participação/intervenção dos diversos organismos internacionais para a construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE). Para tanto, faz-se uma análise a partir dos vários processos de reforma que o Brasil passou a fim de se adequar a uma tendência mundial.

¹Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e integrante do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPU). E-mail: isisobastos@gmail.com.

²Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) do Instituto de Sociologia e Política (ISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no Rio Grande do Sul (RS) e Coordenador do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPU). E-mail: hlpase@yahoo.com.br.

A hipótese que norteia este trabalho aponta um processo de adaptação do Estado à tendência global, via implementação de legislação condizente aos interesses da tendência global em voga que termina por retroalimentar o modelo econômico vigente. Na primeira seção discutir-se-á a dinâmica própria do Estado brasileiro bem como as tendências globais no momento de cada reforma política. Na segunda parte será exposta a reestruturação do setor elétrico consoante às legislações que entraram em vigor e, por fim, será apresentada a participação/intervenção dos atores globais no processo de concepção de uma usina hidrelétrica.

Dinâmica do Estado brasileiro

No que tange a estrutura econômica, ao longo da história, o Estado brasileiro assumiu as mais variadas formas para se adequar a dinâmica social. Resultado disso, um ciclo de processos de reforma e contra reforma conduzem o Estado ora a centralização, ora a uma tendência descentralizadora (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Meados do século XX, o Estado teve papel preponderante no desenvolvimento social e econômico do país. Naquele modelo, de cunho intervencionista, o Estado trazia para si as responsabilidades por prestações de serviços sociais fundamentais além de intervenções econômicas a fim de compatibilizar com interesses coletivos, tais como concessão de apoio financeiro e abertura de setores industriais e de infraestrutura, dentre eles o energético.

Na década de 1950, a CEPAL emerge com uma preocupação específica o tema do desenvolvimento, principalmente em relação aos países da América Latina. A questão central da CEPAL é o diagnóstico de que as relações centro – periferia não produzem resultados equânimes, beneficiando crescentemente o centro. Até aqui as teorias liberais, que estavam bastante em voga, afirmam que o crescimento econômico e/ou o desenvolvimento industrial trariam benefícios para todos os países, o progresso técnico, mesmo ocorrendo nos países centrais, geraria distribuição de riqueza para outros através do rebaixamento de preços em razão da competição comercial, bem como a redução dos salários em razão da existência de um exército reserva de trabalhadores (BIELSCHOWSKY, 2000).

A partir de 1954, a CEPAL passa a elaborar propostas para os países da periferia, cuja orientação central é de investimento maciço em industrialização, principalmente de produtos de consumo que estejam sendo importados. Esta orientação dará origem a uma ação estatal de substituição de importações na América Latina. Para facilitar o desenvolvimento industrial afirma-se a necessidade do fortalecimento do Estado nacional, bem como o planejamento e programação econômica do Estado e da iniciativa privada (BIELSCHOWSKY, 2000).

Na década de 70, com a redução do custo de transporte e comunicação uma economia mais competitiva e integrada transforma profundamente o sistema econômico mundial. Assim, frente ao novo contexto caracterizado pela intensa competição e reorganização da produção em escala global, o Estado intervencionista brasileiro, que já havia sido destacado como modelo de desenvolvimento no início do século XX, aos poucos, foi impelido a deixar de sê-lo para adotar uma postura mais liberal (BRESSER PEREIRA, 1997).

O esgotamento do modelo intervencionista exigiu que o papel do Estado fosse repensado. Nessa perspectiva, relegou-se ao Estado o papel de regulador e mobilizador dos agentes econômicos e sociais, cuja principal função seria promover a coordenação estratégica do desenvolvimento, da integração regional e da inserção no mercado internacional, objetivando a eficiência da prestação dos serviços públicos (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Deste modo, um novo papel político começa a ser desenhado para o Estado a partir de sua retirada da gestão de diversos segmentos produtores de bens e serviços, um exemplo disso, a indústria da eletricidade, que antes era de gestão estatal, começa um longo processo de reforma, em geral,

explicado como resultado de uma tendência externa ideal que visa o avanço da mesma enquanto um conjunto de benefícios para toda a sociedade (GONÇALVES, 2007).

No Brasil, as diretrizes políticas para o novo ordenamento nas relações econômicas estão cristalizadas na lei 8.031³, de 12 de abril de 1990, instituidora do Programa Nacional de Desestatização. Sejam elas:

- I – reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II – contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III – permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades em que vierem à iniciativa privada;
- IV – contribuir com a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V – permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI – contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Restruturação do setor elétrico⁴

No que tange o setor elétrico brasileiro, o alinhamento à ideologia neoliberal inicia-se a partir de 1993, com a promulgação da Lei nº 8.631⁵. Esta lei vai de encontro à utilização do setor elétrico como instrumento de política governamental. Sendo uma das características do setor elétrico brasileiro, até então, a equalização tarifária do preço de custo de produção da energia elétrica pelo Estado, a fixação de tarifas na incumbência do concessionário transformou a energia em mercadoria. Assim, enquanto mercadoria, a energia não poderia ter preço controlado, sendo estabelecida pelo mercado segundo os preceitos neoliberais (GONÇALVES, 2007).

Mas foi a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso que ficou cristalizado a evolução do projeto neoliberal (FILGUEIRAS, 2005). A institucionalização de um conjunto de normas possibilitou a transferência da indústria elétrica brasileira à iniciativa privada. A criação de agências reguladoras, que por sua vez, garantiam a competição, além de limitar o poder de interferência do Estado, implantou um modelo industrial para produção/distribuição de eletricidade de acordo com os princípios do pensamento neoliberal. Esse conjunto de normas são as leis 8.987⁶ e 9.074⁷, respectivamente de 13 de Fevereiro e 07 de Julho 1995.

³ Lei nº 8.031, de 12 de Abril de 1990; Cria o Programa Nacional de Desestatização. FONTE: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8031.htm>>

⁴ Para o escopo deste estudo usa-se a mesma categoria de Gonçalves (2007p.29) acerca da categoria indústria elétrica.

⁵ Lei 8.631, de 4 de março de 1993 aponta a fixação das tarifas de fornecimento de energia elétrica que passam a serem cobradas pelo concessionário. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8631.htm>

⁶ Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987cons.htm>

⁷ Lei 9.074 de 7 de Julho de 1995, estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9074cons.htm>

Gonçalves (2007) destaca que a legitimação das reformas de acordo com o mercado extrapolava o campo político e econômico. A estratégia de legitimação também previa o emprego de uma “competência técnica e científica”. Para o autor o financiamento do Banco Mundial à Secretária Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia⁸ exerceu, predominantemente, um papel “científico” de conteúdo ideológico para legitimação das reformas no âmbito das estruturas de poder constituídas no período Estatal.

Importa destacar que embora tenha preponderado no governo FHC à mudança do papel do Estado que, entre outros, impunha uma série de reajustes, acima citados, no sentido de relegar ao Estado um papel de regulador, deixando os setores produtivos para à iniciativa privada, essa forma de organização empresarial se mantém nos governos subsequentes. No governo LULA, por exemplo, especificamente no ano de 2004, aparentando criticar o do governo FHC, praticamente, mantém a mesma organização empresarial (GONÇALVES, 2007).

A energia elétrica tem papel fundamental e estratégico para a sociedade, pois é elemento chave para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população.

A predominância da geração hidrelétrica no Brasil traz implicações adicionais ao exigir que se leve em consideração um horizonte de médio e longo prazo, tanto para a operação do sistema, quanto para a sua expansão. Esses aspectos devem ser considerados na formulação de qualquer arranjo institucional que se pretenda estável e duradouro para o setor elétrico brasileiro. Foi o que fez o Ministério de Minas e Energia.

O novo modelo para o setor está desenhado para promover uma importante melhoria na segurança do suprimento de energia. O modelo permite chegar a uma matriz energética que aproveite melhor as vantagens da hidroeletricidade e da energia térmica ao estabelecer uma competição por preços no processo de comercialização da energia. Em termos técnicos, ele permite que se aumente o grau de confiabilidade do sistema, favorecendo a modicidade tarifária, ou seja, o menor custo possível para o consumidor (ROUSSEF, D. Cartilha sobre o setor elétrico s/n).

A atual legislação, a saber, as leis 10.847/04⁹ e 10.848/04¹⁰, constituem as bases legais do denominado novo modelo do setor elétrico. No que tange à comercialização da eletricidade, ficam estabelecidos o ambiente de contratação livre e o regulado. Esta legislação, de um lado, privilegia a compra de eletricidade para os grandes consumidores¹¹ criando o ambiente de contratação livre. Do outro lado, no ambiente de contratação regulada, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realiza o

⁸ Gonçalves (2007) aponta a importância da Secretária Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia para a promoção da difusão das ideias de reformas entre os profissionais de energia elétrica e entre os grupos acadêmicos para a defesa do ambiente de reformas que estava se estruturando no setor elétrico.

⁹ Lei 10.847, de 15 de Março de 2004; Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências, entre elas prestar serviços de estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento energético. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.847.htm

¹⁰ Lei 10.848 de 15 de Março de 2004; Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as leis e dá outras providências. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm>

¹¹ Os grandes consumidores são, em geral, aqueles que podem escolher o seu fornecedor de energia elétrica, é aquele que pertence ao denominado ambiente de contratação livre.

levantamento da demanda junto às distribuidoras e planeja a expansão da indústria de geração considerando as características físicas do sistema elétrico nacional.

As políticas de infraestrutura produzem inúmeras externalidades, resultados não esperados, impactos econômicos, culturais, sociais e ambientais causando prejuízos para alguns segmentos sociais. Situação análoga ocorre no setor elétrico e, principalmente, hidrelétrico, responsável pela maior parte da produção de energia elétrica. A construção de usinas hidrelétricas (UHEs) ocasiona problemas ambientais advindos, entre outros, da grande extensão de terra devastada para instalação de canteiros de obras e formação de reservatórios, bem como problemas sociais devido à necessidade de realocação das famílias atingidas pela barragem além da perda de patrimônio histórico e cultural local.

Ao que se refere o âmbito político, a diminuição da face paternalista do Estado motiva a participação mais ativa dos cidadãos uma vez que a redução da tutela do Estado enseja a consciência de seus direitos e deveres individuais proporcionando conseqüentemente redefinições no conceito de cidadania. (BRESSER-PEREIRA, 1997). Sincronicamente, verifica-se como consequência direta da instalação de uma usina hidrelétrica a mobilização dos cidadãos em torno de seus interesses privados e coletivos, bem como a exigência do efetivo desempenho relacionado aos impactos ocasionados.

O reconhecimento de um cidadão ciente de seus direitos e deveres tem modificado a atitude empresarial de modo geral, de maneira a se comprometer com certos valores, visando diminuir possíveis problemas sociais oriundos de sua atividade. Pois, uma vez sabedor de seus direitos, o cidadão decide com qual empresa pretende se relacionar, “além de preço e qualidade o consumidor busca confiabilidade, serviço pós venda, produtos ambientalmente corretos e relacionamentos éticos com todos aqueles que se relacionam” (Ashley et al. 2003, p.5).

Na definição do Instituto Ethos de Responsabilidade Social:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. INSTITUTO ETHOS. Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>
Acessado em: 04 de abril de 2012

De acordo com o exposto, para agir de maneira mais responsável socialmente a atuação da empresa deve basear-se num compromisso ético com a região onde está inserida, significa manutenção de políticas em longo prazo. Deve ser um processo natural, fluído, que traduza o valor corporativo da empresa.

Assim, no atual contexto, percebe-se um processo de ampliação de políticas compensatórias em razão da garantia de direitos ambientais, sociais e culturais. O novo gerencialismo do Estado motivou a adoção de perspectivas de gestões preocupadas com a avaliação dos resultados e com a eficiência dos mesmos. Neste sentido, o repasse das responsabilidades social para outros organismos merece destaque e estudo¹².

¹² Este é o foco do meu projeto de dissertação. Para mais informações sobre esse repasse de responsabilidade ver GONÇALVES, 2007.

Participação/intervenção dos atores globais na concepção de uma hidrelétrica

Num cenário global de predominância neoliberal, grupos privados internacionais, como a General Eletric (GE), e coalizões de países, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (Iirsa), da qual o Brasil participa, especialmente por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), organizam-se para a promoção de obras de grande escala. As hidrelétricas assumem papel estratégico a partir da mobilização de grupos para o planejamento, construção civil e equipamentos que se organizam em torno de um mercado de energia, retroalimentando-se pela ação desses grupos (ROCHA, 2013, P.322).

Rocha (2013) afirma que, num aspecto global, é preciso ter em vista a flexibilidade que os temas assumem para não correr o risco de concebê-los de forma desprendida como se fossem forças onipresentes que pairam no ar. O autor destaca a importância de evidenciar, além da tendência global, o apontamento dos lugares e instituições onde essa tendência pode ser percebida concretamente. Disso, importa discutir o Estado e as empresas envolvidas, partindo do pressuposto que há uma predominância neoliberal a nível global.

Como demonstrado na seção anterior, o Estado nacional desempenha um importante papel na articulação com o capital internacional. Na perspectiva de Poulantzas (2007 apud GONÇALVES, 2007), o Estado é destinado a produzir divisões de classe e, portanto, não pode ser concebido enquanto um bloco coeso. Assim as contradições no interior do Estado constituem o próprio Estado, logo, as políticas de Estado são consequência de seu próprio funcionamento. Não obstante, quanto às empresas envolvidas na construção de uma hidrelétrica é pertinente a ideia de Castells (2003 apud ROCHA, 2013 p. 130) sobre capital privado que disserta sobre a autonomia e dependência em relação ao sistema.

A adesão do Brasil à iniciativa internacional foi ligada à abertura do país ao sistema comercial global, ocorrido contemporaneamente. O fato de entrar no processo de globalização comportava necessariamente a adequação a uma intervenção que visava a responder a um problema considerado de escala planetária. Nesse sentido, Rocha (2013, p. 136) aponta duas estratégias de desenvolvimento que visam fomentar projetos de grande escala que tem na energia um dos pontos fundamentais: a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana¹³ (Iirisa) e o Plano de Aceleração do Crescimento¹⁴ (PAC).

Rocha (2013, p.136-137 apud Verdum, 2007, p. 22) aponta uma amplitude ainda maior de agentes participando de forma direta ou indireta nos projetos de grande escala, como as hidrelétricas,

¹³A iniciativa surgiu a partir da Reunião de Presidentes da América do Sul realizada em agosto de 2000 na cidade de Brasília, em que os líderes da região concordaram em tomar medidas conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica da América do Sul, incluindo modernização da infraestrutura regional e ações específicas para promover a integração eo desenvolvimento de sub-regiões isoladas. Reúne 12 países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela). FONTE: <<http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/O/origenes/origenes.asp?CodIdioma=POR&CodSeccion=117>

¹⁴Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável por meio de cinco blocos de medias: investimento em infraestrutura [onde o maior investimento é no setor elétrico], estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, medidas fiscais de longo prazo e desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. FONTE: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas>

ligados “a partir de várias obras que compõem um projeto maior, neste caso continental, que, conseqüentemente, faz parte de um projeto ainda maior inserido na lógica do capital global”, tais como:

(...) instituições financeiras, como o Banco Mundial (Bird), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (Fonplata), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, além de empresas de grande porte dentre as quais a General Eletric (GE), a América Latina Logística (ALL), a Vale do Rio Doce, a Odebrecht, a Petrobras, a Andrade Gutiérrez e a Queiroz Galvão.

No escopo desse trabalho adota-se a perspectiva de Giddens (1990, p. 64 apud 2005, p.26) que define por globalização “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa”. Da mesma forma, por conseguinte, grandes projetos, como as hidrelétricas, envolvem uma gama de agentes diferentes que estão ligados a partir de sua concepção e não necessariamente no local de sua instalação, mas também a partir de projetos globais formando um circuito que se retroalimenta.

Consoante às características dos agentes sociais acionistas dos grandes empreendimentos é possível compreender seus objetivos. Por exemplo, Rocha (2013) discorre sobre a alta demanda de energia que necessitam alguns ramos empresariais para beneficiamentos de seus produtos, por exemplo, as empresas do setor metalúrgico e o beneficiamento da Bauxita¹⁵ (componente básico do Alumínio).

A ALCOA¹⁶ tem na energia elétrica uma condição de matéria prima bem como a bauxita, pois, para o beneficiamento da mesma é necessário uma grande quantidade de eletricidade. Depois das mudanças na legislação brasileira, as empresas privadas tiveram a possibilidade de investir em hidrelétricas o que tornaria os custos bastante competitivos. Atualmente,

A Alcoa possui participação de 25,74% no Consórcio da Usina Hidrelétrica Machadinho. Além disso, é detentora de 42% da usina de Barra Grande. Com participação acionária também na usina de Serra do Facão, em Goiás, e a entrada em operação em Estreito (na qual possui 25,49% de participação acionária), a Alcoa terá 70% em autossuficiência no Brasil. Essa energia supre a necessidade da unidade de Poços de Caldas e parte do consumo da Alumar. O restante é obtido por meio de contrato com a Eletronorte (Disponível em http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_energia.asp Acessado em 19 de fevereiro de 2013).

¹⁵ O Brasil é o quarto maior produtor de alumina e ocupa o quinto lugar na exportação de alumínio. FONTE: <<http://www.abal.org.br/industria/introducao.asp>>

¹⁶ A ALCOA Inc. é a principal produtora mundial de bauxita, alumina, alumínio primário e produtos de alumínio, atuando em diversos segmentos industriais e de prestação de serviços - vinculados à utilização do alumínio - tais como transporte comercial, indústria aeroespacial, construção civil, embalagens de alumínio, indústria automobilística entre outros, inclusive na produção de maquinário para elaboração e tratamento de marketing de embalagens de alumínio. FONTE: <http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/2712002outPerfilALCOAALCANport.pdf>

Importa destacar que a empresa ALCOA consta de uma holding, ou seja, conglomerado de empresas que podem ser do mesmo ou de diferentes setores da economia, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 9 - Controle acionário do Grupo ALCOA no Brasil (%) 2001

Empresas	Particip. Acionária (%)
ALCOA Brazil Holdings (EUA)	58%
Construt. Com. Camargo Correa (BRA)	28%
Trelawney Inc. (EUA)	12%

Elaboração: DESEP/CUT

Fonte: Gazeta Mercantil (2001)

Disponível em:

<http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/2712002outPerfilALCOAALCANport.pdf>

Acessado em: 19 de fevereiro de 2013.

Desse modo, segundo Deleuze e Guattari (1997 apud ROCHA, 2007, p. 136) a relação do que chamam de “máquina de guerra” procede por dupla captura, se movimenta no terreno fluído do capital global e no terreno ‘adaptável’ do Estado, a partir de uma adaptação mútua. Assim, o capital global investe autonomamente ao mesmo tempo em que se torna dependente, associando inexoravelmente às formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro. E, para tanto, uma nova institucionalidade tinha que ser estabelecida no âmbito do Estado.

Considerações Finais

O processo de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro apresentou uma dinâmica político-econômica e institucional marcada por influências de fatores globais e locais. Dos primeiros, salientamos as proposições neoliberais (de muitos impactos deletérios a sociedade brasileiro e ao setor elétrico em particular) contidas nas cartilhas do Banco Mundial que de forma direta e indiretamente recomendaram e/ou indicaram metas a serem seguidas e praticadas pelos países em desenvolvimento. Estas metas em medida incorporadas e executadas pelo governo brasileiro. Os fatores locais pode-se dizer que foram despontados principalmente pela crise pela qual o Estado vinha passando, seguido por toda a década de 1980, caracterizada como a “década perdida” pelos altos índices inflacionários hiperinflação, crise de financiamentos dos setores infraestruturais, da crise fiscal e monetária, dentre outros aspectos que somados aos processos de Redemocratização do Brasil deixava o país em constantes instabilidades político-institucionais e econômicas.

Diante deste quadro, as privatizações se inserem a partir da década de 1990 como um fator importante para as Reformas do Estado. E o setor elétrico, como já demonstrado, representou parte expressiva dos resultados deste processo.

Sobre as privatizações do setor elétrico brasileiro devem ser feitos alguns apontamentos: (i) as motivações para privatizar o setor tiveram no discurso do governo (FHC, principalmente) a necessidade do ajuste fiscal, embora não se pode perder de vista as pressões do capital internacional requerente de novos mercados para investimentos; das orientações das agências multilaterais, condicionando muitas vezes os empréstimos a realização das privatizações. (ii) a condução do processo foi marcada pela instauração dos marcos regulatórios. No caso do setor elétrico, a agência reguladora (ANEEL) é criada depois de já iniciado o processo de privatização, criando uma série de dificuldades para o próprio Estado, pois ainda não havia consolidados os mecanismos político-institucionais necessários e (iii) nas privatizações do setor elétrico brasileiro muitos foram os atores internacionais e nacionais que souberam se aproveitar deste processo, principalmente às empresas/atores requerentes de

novos espaços de investimentos para manterem a lógica de produção e reprodução dos seus respectivos capitais.

Referências bibliográficas

ASHLEY, Patricia Almeida. RSE no contexto brasileiro: uma agenda em contínua expansão e difusão. In: ASHLEY, Patricia Almeida (coo). Ética e responsabilidade Social nos Negócio. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. Capítulo 4, p.59-82.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, v.1 e 2. 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, 1997 (Cadernos Maré, 1).

FILGUEIRAS, Luiz. Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. 2005.

GONÇALVES, Dorival Junior. “Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle de excedentes”. São Paulo/SP, 2007. Tese (doutorado) Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Estudo das empresas Alcoa e Alcan na cadeia produtiva do alumínio. Alcoa e Alcan, outubro de 2002. Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/2712002outPerfilALCOAALCAN_port.pdf Acessado em: 19 de fevereiro de 2013.

ROCHA, Humberto José da. Relações de poder na instalação de hidrelétricas. Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2013.

ROUSSEF, D; Apresentação de Cartilha sobre: O Novo Modelo do Setor Elétrico; Ministério de Minas Energia; Março de 2004; Brasil; Fonte: http://ucel.eln.gov.br/gse_doc/cartilha.novo%20modelo.pdf Acessado em 17 de fevereiro de 2013.

ZENONE, LuizCláudio. Marketing Social. São Paulo: Thomson Learning, 2006.